

# Proposta Pedagógica

## A identidade da educação infantil

*Maria Cristina Lobregat<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A identidade da educação infantil será discutida através da pesquisa apresentada. Traçamos uma caminhada buscando raízes históricas da concepção de infância em contexto mundial, esse percurso chegará até a realidade da infância no Brasil, salientando as influências das mudanças sociais que afetaram toda a formação da criança como sujeito social. Dedicamos também ao estudo da Legislação Nacional a partir da Constituição Federal de 1988 até as Deliberações Estaduais do Paraná, analisando-as criticamente com o objetivo de dimensionar a eficiência na política educacional no Brasil. Chegou-se até a construção da Proposta Pedagógica que poderá, como documento essencial, dar um novo significado ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, possibilitando alcançar uma identidade diante das discussões acadêmicas, cultural, social e de política pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação infantil; legislação educacional; proposta pedagógica.

---

<sup>1</sup> Professora dos cursos de Pedagogia e Secretariado Executivo Trilíngüe na Faculdade União das Américas – Uniamérica.  
E-mail: marialobregat@uniamerica.br

## INTRODUÇÃO

A discussão apresentada nessa pesquisa revela a educação infantil em seu contexto nacional diante de seu anseio de adquirir respeitabilidade e qualidade em educação, para tanto será enfocado o documento denominado Proposta Pedagógica, revelando sua importância que vai além de uma exigência prevista em Lei, Pareceres e Deliberações.

Para uma análise definida, verifica-se que a primeira etapa da Educação Básica só conseguirá alcançar o espaço que realmente merece quando gestores, administradores públicos, professores e comunidade forem “atores” de todo o processo de construção do documento mais significativo de uma instituição de educação infantil: a Proposta Pedagógica.

Para subsidiar a teoria empenhada, há uma pesquisa teórica e histórica apresentando uma análise da trajetória da educação infantil, desde os primeiros momentos da concepção de infância dentro do contexto social para, assim, chegar o momento de olhar, de maneira reflexiva, para as Leis que regem o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Através de toda a caminhada de pesquisa será o momento de revelar a Proposta Pedagógica como um documento que trará um significado diferente à educação infantil, portanto defende-se a idéia de que esta deve ser democrática, compartilhada e debatida entre pais, crianças, professores, dirigentes da educação e gestores, pois será uma ferramenta de identidade educacional da primeira etapa da educação básica.

## 1. EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU DIRECIONAMENTO

Na história da educação muito se discute sobre escola, avaliação, metodologias e práticas docentes, mas há pouco interesse em verificar a educação infantil como sendo o princípio de uma educação eficiente e de qualidade, analisando-a como o

princípio de toda formação do aluno. As discussões enfocam a necessidade de atendimento à criança na sua infância respeitando o seu desenvolvimento. As autoridades acreditam na necessidade de assumir publicamente essa faixa etária de crianças, mas historicamente muitas lacunas foram deixadas, outras preenchidas em alguns casos, porém muitas ações se distanciam do caráter pedagógico que essa modalidade de ensino merece.

Analisando esse contexto, há como objeto de estudo, o resgate histórico da infância e seu envolvimento com a sociedade na qual estava inserida. Torna-se possível enxergar as conquistas e as evoluções envolvendo a concepção de infância no contexto social. Mesmo assim ainda haverá muito a ser absorvido pela sociedade em relação à infância definindo um processo que torne a criança um ser participativo, democrático e sociável.

O princípio de toda educação está na criança diante de seu desenvolvimento desde a primeira infância, no entanto muitos fatores são envolvidos no processo de seu reconhecimento como o princípio da formação de uma sociedade justa e democrática. O desenvolvimento e mudanças na organização social e econômica influenciaram, significativamente, na construção da identidade da infância e concomitantemente na necessidade de atendimento escolar. Kramer (1995), uma das mais renomadas teóricas, discute a identidade e sentimento de infância dentro de um contexto histórico-social abordando a mortalidade infantil e seu alto índice como sendo um fato natural para a cultura social precedente ao século XVI. Salaria que somente a partir da descoberta científica há a preocupação de prolongar a vida na primeira infância, mas que os benefícios eram restritos à classe dominante.

A idéia de infância foi construída ao longo da história, pois nem sempre houve uma preocupação concreta com esse fato. Os acontecimentos que marcaram a sociedade indicam que, ver a criança dentro de totalidade de importância aconteceu devido à necessidade do capitalismo, que conceituou a idéia de infância:

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na sociedade. Se na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto “de adulto” assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser escolarizada e preparada para uma atuação futura (KRAMER, 1995, p.19).

Essa nova organização social a partir da industrialização verifica a infância de uma maneira não tão dramática, mas atribui ao *ser humano infantil*, características e ações que possam influenciar em sua construção como sujeito e o redime à dependência do adulto, estabelece-se funções que devem ser seguidas de forma pré-estabelecidas pela classe e moldes sociais.

Mas no Brasil, o país colonizado, as pesquisas antropológicas mostram uma sociedade mesclada de culturas e etnias, portanto não houve uma capacidade de refletir sobre o que era a infância e reconhecer seu valor para a construção de uma sociedade. Não há como ignorar que na época já existiam crianças trabalhadoras, pois a colônia era organizada com uma sociedade miscigenada, com classes sociais diversificadas, compostas por europeus, negros e indígenas, cada um com sua concepção, tornando uma tarefa árdua definir a infância nesse momento histórico.

Surgem discussões pedagógicas divididas entre a pedagogia tradicional e a moderna, porém ambas tratam a criança como algo difícil de ser definido. Nesse contexto, a psicologia científica absorve a idéia de trabalhar com o passado individual da criança, tenta-se abrir um papel social para ela, mas que perde-se entre a filosofia e a psicologia.

Devido às diversas classes sociais surge a educação compensatória (Kramer, 1995) e vários educadores como Pestalozzi e Froebel, que tiveram como seguidores Montessori e McMilliam, desenvolvem os primeiros trabalhos com a criança com o intuito de escolarização nos jardins da infância. No século XIX e início do século XX, Montessori desenvolve trabalhos na educação pré-

escolar para crianças de classe social menos favorecida na Itália, significando a ação de *cuidar* em seu caráter assistencialista, o que perdura na sociedade atual. Concluindo o trabalho de Montessori, McMilliam enfatiza a necessidade da assistência vinculada à saúde e ressalta a estimulação do cognitivo como ferramenta para resgatar as deficiências da criança pobre. Perceptivelmente, tais educadores objetivam a educação de crianças pequenas como superação da miséria social.

Com a Segunda Guerra Mundial a sociedade necessitava de mães trabalhadoras, o que determinou a necessidade de assistência à criança de pré-escolar, como verifica-se:

A Segunda Guerra Mundial provocou um novo impulso ao atendimento pré-escolar, voltando-se principalmente para aquelas crianças cujas mães trabalhavam em indústrias bélicas ou naquelas em que substituíam o trabalho masculino. [...] por outro lado, foi introduzido o conceito de *assistência social* [...] (KRAMER, 1995, p.27).

Todo esse quadro histórico certificou o caráter assistencialista da educação infantil, sendo útil socialmente por libertar a mulher para o trabalho e isso pôde ser encontrado na sociedade brasileira como algo comum em pleno século XXI.

A psicanálise, inserida nesse contexto, torna-se fator preponderante ao atendimento a essas crianças e redimensiona discussões sobre o desenvolvimento humano e suas conseqüências para a construção do homem adulto. Simultaneamente, surge o papel do docente de educação pré-escolar e meios que possam desenvolver a linguagem da criança.

Nos anos 50 do século XX, Vigotsky e Piaget reforçam o interesse na aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e de linguagem da criança. Simultaneamente surgem métodos de ensino capazes de absorverem as diferenças sócio-econômicas existentes em contexto mundial.

No Brasil, o atendimento à criança surge em 1874, com a *Casa dos Expostos* ou *Roda* (Kramer, 1995) que acolhiam crianças abandonadas das primeiras idades, pois existia apenas o Código de

Leis e Regulamentos Orphanológicos prevendo o cuidado aos órfãos, sistemas de tutoria ou adoção.

Em 1912 surge o Departamento da Criança no Brasil, mesmo não sendo alinhavado ao poder público, prestava assistência à criança, assim acredita-se que no Brasil não houve muito interesse em ultrapassar as ações de cuidado com a criança.

No Estado Novo cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, formulando programas para atendimento à infância, e simultaneamente aparece também o interesse de entidades particulares. Formula-se nos discursos oficiais o atendimento médico-pedagógico e cria-se uma situação indefinida sobre as responsabilidades do Estado, da iniciativa particular e da própria família.

Toda a trajetória histórica desenvolve-se até 1980, quando com a publicação da Constituição Federal observa-se vagamente o interesse do poder público em transformar o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em atendimento educativo. Essa perspectiva é mencionada no artigo 208, inciso V, no qual se abre uma importância da infância na sociedade brasileira.

Com o intuito de reafirmar essa estimativa da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394 de 1996-LDB contempla o atendimento a crianças de 0 a 6 anos na Educação, de forma gratuita em creches e pré-escolas, mas permanece a distinção das faixas etárias de 0 a 3 anos (serviço de creche) e 4 a 6 anos (serviço de pré-escola) sendo algo significativo na discussão em questão, tendo como análise o fato da ausência do conceito entre as ações de cuidar e educar, não define-se claramente o posicionamento em relação ao atendimento dessas crianças.

No título V, capítulo II, seção II, art. 29 da LDB, é afirmada a educação infantil como primeira etapa da educação básica, no entanto permanece uma lacuna em torno da

responsabilidade, a qual fica dividida entre as instituições e a família.

Nas Disposições Transitórias da Lei nº. 9394/96 há uma previsão de mudança, ressaltando um prazo máximo para a inserção do atendimento às crianças de 0 a 6 anos no sistema de ensino. Isso demonstra a grande deficiência que existe no cumprimento de Leis no Brasil, como também o processo existente entre estas e a dominação social.

Mesmo com a LDB, não fica garantido um ensino de qualidade para os pequenos, pois os poucos artigos publicados não conseguiram definir como tal mudança seria feita e qual o investimento necessário diante dela, os sistemas de ensino não conseguiam assumir com a total responsabilidade que deveriam, pois as verbas ficaram indefinidas entre o Ministério da Educação e as de Assistência Social, pelo menos na prática e nas ações políticas.

Os sistemas de ensino, através dos Conselhos Estaduais de Educação, como no caso do Estado do Paraná, deliberaram ações para redimensionar o atendimento e as diretrizes para as instituições de educação infantil.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná - CEE, em 1999, publica a Deliberação nº. 003/99 que estabelece e traça procedimentos para a implantação de Centros de Educação Infantil no Estado. Assim, percebe-se que o prazo da LDB estava sendo respeitado, mas a vontade política de alguns municípios não permitiram um processo sério e de conquistas educacionais. O atendimento a crianças de 0 a 6 anos nas classes sociais menos abastadas continuava, ou até mesmo continua, com um vínculo muito estreito com a característica da população e com o assistencialismo, o que revela o clientelismo político através da educação infantil em algumas comunidades.

Para subsidiar ações que fossem além do assistencialismo, o Ministério da Educação lança os Referenciais Curriculares

Nacionais, um documento destinado ao atendimento de crianças inseridas na primeira etapa da educação básica, no entanto tais teorias são ineficazes dentro de um contexto histórico, por não conseguir atingir nem o profissional, nem a sociedade, nem a instituição. Continua a visão do assistencialismo como sendo o ponto mais importante no contexto nacional.

Várias ações são tentadas, mas todas em caráter de Lei, em 2005 o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná publica a nova Deliberação nº. 02/05, a qual reafirma as questões de formação profissional dos docentes, o CEE acredita que através dos profissionais que “cuidam” das crianças, ao possuírem formação em magistério (normalmente a distancia, não presencial), consigam resgatar identidade da educação Infantil através de ações educativas. Essa mesma Deliberação, no Capítulo II, art. 7º define “a interação entre os diversos campos do saber e o cotidiano da criança”. Nesse mesmo capítulo, seção I, há uma referência à Proposta Pedagógica e que determina sua construção com base na construção democrática e compartilhada.

Art. 11 – Compete à instituição de educação infantil, ao elaborar a sua proposta pedagógica, à luz das diretrizes estabelecidas nos artigos anteriores, garantido a articulação família, escola e comunidade, explicitar:

I – as concepções de infância, de desenvolvimento humano e de ensino e aprendizagem; [...] (DELIBERAÇÃO nº02/05-CEE).

Analisando a caminhada que o atendimento às crianças pequenas percorreu, é necessário indagar que a construção de identidade da educação infantil não dependerá, exclusivamente, de Leis, mas de ações que envolvam uma proposta pedagógica séria e verdadeira, capaz de criar uma cultura com a comunidade e simultaneamente redefinir conceitos de atendimento, ultrapassando o limite histórico do assistencialismo e clientelismo político.

As ações modificadoras dependem do envolvimento dos dirigentes da educação, dos gestores da instituição, comunidade e profissionais capazes de desenvolver uma proposta pedagógica

compartilhada e discutida, defendendo o espaço social que a criança de 0 a 6 anos merece. Através da análise das discussões sobre a proposta pedagógica de instituições de ensino, observa-se a necessidade da educação infantil provar seu valor, anseios, desejos e qualidade para concretizar seu reconhecimento de importância. Isto só será possível através da construção do principal documento das instituições de educação infantil: a proposta pedagógica.

Zabalza (1988, p. 32) destaca que:

[...] é preciso fazer uma consideração estrutural do tema da qualidade para apontar aqui condições organizacionais que a tornem possível. Neste sentido, considero especificamente interessante vincular o tema da qualidade aos aspectos funcionais de escolas e serviços destinados à infância.

Se a educação infantil procura seu lugar no contexto educacional deverá, antes provar seu interesse pelo documento que irá traçar ações, quebrar conceitos já estabelecidos na sociedade, redefinir metodologias e buscar ferramentas que engrem o desenvolvimento integral da criança. Através dessas atitudes, as instituições não buscarão o reconhecimento com ações semelhantes às das escolas de ensino fundamental, mas criarão situações nas quais as crianças serão respeitadas como crianças, como ser em desenvolvimento.

Integrados nessa perspectiva de proposta pedagógica é possível traçar o percurso a ser seguido observando os passos e ressaltando que:

O convite para elaborar projetos, de acordo com essa interpretação do espírito da lei, insere-se em uma operação político-formadora de grande envergadura, através da qual a qualificação da creche é acompanhada de uma admissão de responsabilidade, lançando ao mesmo tempo, as bases para uma revisão contínua do próprio processo de qualificação. Em vez de confiar esse processo à adequação a padrões predefinidos, aposta-se na capacidade autônoma das redes para a infância de definir e expor a própria identidade educativa e, com esse fundamento, na capacidade de encontrar em si própria a capacidade renovar-se (BONDIOLI, 2004, p. 27).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há muitas opções para a educação infantil alcançar sua identidade, a não ser dedicar-se à discussão com a sociedade composta pela sua comunidade e, posteriormente, registrar ideais, definir ações através da escritura da proposta pedagógica, independente de Leis que são publicadas com o intuito de mudança de cultura.

Assim, diante de todo o percurso histórico, legal e teórico é possível acreditar que só haverá um reconhecimento do atendimento à infância quando as instituições forem capazes e eficientes na construção de uma proposta pedagógica significativa, compartilhada com os pais, funcionários e professores para responder aos anseios sufocados durante a história da infância. Nessa perspectiva, faz-se necessário a seriedade nas ações educativas, nos objetivos e metas definidos, não contando como único marco as Leis da Educação com seu poder determinador. São necessárias algumas atitudes que consigam, conjuntamente, redimensionar o trabalho que a educação infantil vem prestando ao longo da história na busca de sua verdadeira identidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDIOLI, Anna. **O projeto pedagógico e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.
- MEC/ SEF/ COEDI. **Política de Educação Infantil**. Brasília, 1993.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PARANÁ. Deliberação n. 003/99 – CEE.
- PARANÁ. Deliberação n. 02/05 – CEE.
- ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.